

03

Assentamentos urbanos do Brasil ibérico (1580-1640).



Este trabalho estuda as cinco cidades e 14 *vilas* —aglomerados que obtiveram status municipal— estabelecidos nos territórios luso-americanos durante a denominada União Ibérica (1580-1640), período em que Portugal e seus domínios ultramarinos foram anexados à coroa espanhola. O objetivo é analisar a configuração inicial das vilas, identificando elementos comuns pelo maior grau de permanência da estrutura fundacional, verificável nos assentamentos menores. O método empregado é a interpretação da forma urbana, a partir do desenho sistematizado das plantas das áreas iniciais e a relação com referências históricas e dados técnicos. Em todos os casos, se constaram semelhanças em quanto à situação, estratégia de ordenamento territorial e implantação. Já na configuração da malha urbana, em oito exemplares se verificou a tendência a ortogonalidade decorrente da origem do traçado na praça, na qual se posicionam a igreja e edifícios coletivos. O trabalho sugere a existência de um modo específico de projetar cidades e uma referência à normativa urbanística hispano-americana contida nas *Ordenanzas de Población* (1573) decorrente da integração política e técnica que caracteriza o período.

Brazil's iberian settlements (1580-1640).

This paper studies the five cities and 14 vilas —towns that have obtained municipal status—, established in the luso-american territories during the Iberian Union (1580-1640), when Portugal and its ultramarine domains were annexed to the Spanish Crown. The objective is to study the configurational shape of the vilas, in order to identify common elements because the highest degree of permanence of the foundational structures verified in this settlements. The method employed is the interpretation of the urban form by means of systematic drawing of the plants of the initial areas and the relationship with historical references and technical data. In all cases, there are the same principles in the situation, strategy of regional planning and deployment strategy. In eight examples there are similarities in the urban setting by means of orthogonal grids originated from a square in which stand the Church and collective buildings. The work suggests the existence of a specific urban practice and a reference to the spanish-american urban regulations contained in the Ordenanzas de Población (1573) due to the political and technical integration that characterized the period.



Autora

Mg. Arq. Luisa Durán Rocca

Faculdade de Arquitetura

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Palavras chaves

Brasil colonial

Configuração urbana

Normativa urbanística

Urbanismo luso-brasileiro

Vilas período colonial

Key words

Colonial Brazil

Urban configuration

Brazilian urbanism regulations

Luso-brazilian urbanism

Colonial towns

Artículo recibido | Artigo recebido:

28 / 02 / 2015

Artículo aceptado | Artigo aceito:

25 / 11 / 2015

Email: l.duranrocca@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este Artigo de Revisão pretende contribuir na construção de uma visão global do urbanismo do Brasil colonial, durante os 60 anos em que vigorou a União Ibérica (1580–1640). Embora o planejamento seja um instrumento de poder, chama a atenção que o período não tenha sido o suficientemente abordado desde a história do urbanismo e da arquitetura; a falta de estudos específicos e comparativos deste fenômeno é evidente, porém se constata uma ampla produção no âmbito da História, em torno aos aspectos políticos, administrativos, econômicos e sociais.

A partir de instrumentos específicos da Arquitetura, como é a sistematização e observação das plantas dos núcleos iniciais de 14 assentamentos que tiveram o status de vila no período, da interpretação de dados históricos e de referências técnicas, é possível identificar elementos comuns, permitindo sugerir a existência de um modo particular de projetar cidades e a referência à normativa urbanística hispano-americana contida nas *Ordenanzas de Población* (1573) decorrente da integração política e técnica que caracteriza o período.

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Após o desaparecimento de Dom Sebastião no norte da África em 1578, dado que o monarca não deixou descendência, houve entre os netos de Dom Manuel I uma disputa pela sucessão à coroa portuguesa. Felipe II da Espanha (I de Portugal) neto por linha materna, se impôs como legítimo herdeiro anexando a seus domínios Portugal e todas suas possessões ultramarinas, formando assim o maior império da Era Moderna. Embora o controle político, Portugal manteve uma relativa autonomia administrativa e cultural pelos diversos contatos e parentescos entre as Cortes. As negociações do Tratado de Tomar (1581) permitiram que a Corte de Lisboa e os altos funcionários de ultramar preservaram seus cargos, privilégios econômicos e monopólios; se manteve a moeda e a língua e se garantiu o respeito das leis e costumes lusitanas. As colônias portuguesas foram incorporadas aos domínios dos Felipes II, III e IV da dinastia dos Hasburgo e em consequência, na América do Sul os limites do Tratado de Tordesilhas (1494) perderam sentido. Os territórios luso-americanos foram divididos em duas unidades administrativas: o Estado

de Maranhão com capital em São Luiz e posteriormente em Belém e o Estado do Brasil com capital em Salvador.

Os conflitos da Espanha contra Inglaterra, França e Holanda foram ameaças reais que atingiram a Luso-América. Nesse contexto, direcionou-se a atividade urbanística para três focos vulneráveis, por serem de interesse das nações inimigas: Pará e Maranhão, Nordeste, e o litoral do Sudeste (atuais Estados de Rio de Janeiro e São Paulo). Conforme Buarque de Holanda (1978, p. 181), “(...) desde a conquista da Paraíba em 1584 até a ocupação do Pará em 1616, há toda uma história importante”.

A Inglaterra não conseguiu afixar-se em territórios do atual Brasil e a presença francesa em São Luiz e Rio de Janeiro foi relativamente curta. Segundo Silva Teles (2008) Rio de Janeiro iniciou-se em 1555 quando os franceses formaram um assentamento na Baía de Guanabara. Em resposta, o governador Nem de Sá com apoio da esquadra vinda da metrópole, criou em 1563 um aglomerado junto ao Morro Cara de Cão. Quatro anos mais tarde, saíram os franceses e o governador transferiu o assentamento para o topo do morro do Castelo, conforme a tradição urbanística medieval, de situar-se em locais elevados, formando malhas irregulares. A seguir edificou-se no sopé a Santa Casa de Misericórdia e sua igreja e a estrutura urbana espalhou-se ao longo de uma rua principal paralela à orla.

A ocupação dos holandeses teve maiores implicações e se estendeu por 24 anos, a partir da invasão do Nordeste em 1630 e o estabelecimento da Companhia das Índias Ocidentais. Esta empresa mercantil exportava açúcar e importava escravos, embarcados em Luanda e outros portos portugueses da costa africana, que também foram tomados. Durante a gestão de Maurício de Nassau (1637/1644), Recife, que até então era um pequeno núcleo portuário dependente de Olinda, foi objeto de melhorias urbanísticas: calçamento das ruas, abertura de canais, construção de pontes, além de um palácio ajardinado, hoje inexistente. A política de Nassau, de relativa tolerância religiosa, dado que era protestante, facilitou o ingresso de judeus. Como ele era um nobre erudito, trouxe consigo uma equipe de cientistas, artistas, e arquitetos aos quais se devem os primeiros estudos científicos sobre o Brasil.

AS ADMINISTRAÇÕES ULTRAMARINAS

A Espanha e Portugal tinham elementos em comum no que tange a administração ultramarina: sistemas controlados hierarquicamente desde as metrópoles por instituições específicas —*Consejo de Indias* e *Casa de Contratación* (Espanha) e o Conselho Ultramarino (Portugal)— e vice-reinados formados por Audiências e Capitânicas (Hispano-américa) e Governos gerais —mais adiante vice-reinos— divididos em Capitânicas (Brasil); em ambos os sistemas, as unidades regionais eram subdivididas em vilas, ou seja unidades territoriais com um assentamento principal que sediava o município. Este por sua vez era a base jurídica do ordenamento territorial; implementado a partir da concessão de terras rurais a senhores feiis ao rei e colonos e da formação de redes hierarquizadas de aglomerados. De origem romana, aperfeiçoado durante a hegemonia muçulmana, o município tinha alcançado, no início do século XVI, considerável grau de maturidade na Península Ibérica e assim foi transferido para a América. Segundo Reis (1968, p.34) o município em ultramar formou-se a partir “(...) da súbita transferência de uma parcela europeia (...)” desde a qual se ordenava a própria colonização, ao contrário da Europa, onde amadureceu ao longo de um lento desenvolvimento.

A estreita relação entre as administrações civil e religiosa foi transferida para os domínios ultramarinos, sob os mesmos parâmetros das peninsulares. Embora comum em toda a Europa, a união Igreja-Estado não foi filtrada por nenhuma disposição para as colônias e transferiu-se diretamente “(...) com todas as suas implicações” (Marx, 1999, p.14). A igreja assumiu funções como a saúde, a educação e o registro civil, que especificamente no Brasil, só após a Proclamação da República (1889) passaram a ser responsabilidade do Estado.

A principal diferença entre a gestão urbana lusitana e hispânica é que em Portugal e seus domínios de ultramar, vigoraram as Ordenações do Reino como único instrumento jurídico urbanístico em quanto na Espanha houve normas diferenciadas para a península e para as colônias.

Desde sua unificação (1248) Portugal tinha uma sólida tradição urbanística e de administração municipal; mais foi com as *Ordenações Manuelinas* compiladas em 1514 e publicadas em 1521, que esse quadro se ampliou e sistematizou. A imagem das cidades se configu-

rava através de uma normativa construtiva, expressada em posturas municipais, fiscalizadas pela Câmara. Embora a atenção com os aspectos sanitários, estéticos, funcionais e a definição de dimensões mínimas para as ruas, as Ordenações Manuelinas não apresentavam modelos explícitos de configuração espacial e menos ainda um plano urbano global (Rossa, 2002). Só até o século XVIII durante a administração de Dom José I e o Marquês de Pombal (1750/1777), serão frequentes as malhas ortogonais estruturadas a partir de uma praça central (Durán 2009). Seguiram-se as Ordenações Filipinas, sancionadas em 1595, por Felipe II e impressas em 1603 por Felipe III. Esta compilação resultou da atualização do Código Manuelino como consequência da União. Como hábil político, Felipe II promoveu a reforma jurídica dentro da tradição e do espírito português, na mesma formatação. Por isto o Código Filipino é considerado uma atualização do Manuelino, “carece de inovações e, às vezes, apresenta contradições” (Rossa, 2002, p.244). A vigência das normas urbanas das Ordenações do Reino estendeu-se até a Reforma Pombalina. Para Marx (1999, p.36) sua influência foi ainda mais extensa; embora alteradas, as Ordenações do Reino constituíram a base do direito português, até o século XIX, e algumas disposições tiveram vigência no Brasil no período republicano, concretamente até ser instituído o Código Civil de 1916.

Pelo contrário, a Espanha teve uma normativa específica para a administração colonial. Em 13 de julho de 1573, Felipe II promulgou o Real Decreto que compila as *Ordenanzas de descubrimiento, nueva población y pacificación de las Indias*. Publicado em El Escorial em 1576, consta de 148 ordenações ou parágrafos que regulamentam a fundação e o planejamento físico dos novos assentamentos ultramarinos. É frequente a confusão entre as *Ordenanzas de Nueva Población* e as *Leyes de Indias*. As primeiras tratam de aspectos relacionados à formação de novos assentamentos enquanto as segundas constituem o extenso quadro normativo, que abrange todos os aspectos da administração colonial. As *Leyes de Indias* em total são 218 normas, compiladas e organizadas em nove livros, no ano de 1681, durante a monarquia de Carlos II, sendo que no Livro 3 estão incluídas as *Ordenanzas de Nueva Población*. Os primeiros 31 parágrafos das *Ordenanzas* tratam dos

descobrimientos; entre o 32 e 137 estabelecem-se as diretrizes formais e funcionais para os aglomerados e os últimos dez, regulamentam as pacificaciones, ou seja as negociações com os nativos (Vas Mingo, 1985).

A diferença entre as Ordenações do Reino e as *Ordenanzas* hispano-americanas, conforme os termos propostos por de Azevedo (1998) é que as primeiras, de maneira casuística e pontual propõem princípios reguladores para a definição do espaço urbano e outorgam maior autonomia aos municípios, enquanto as segundas, apresentam uma concepção global a partir de um modelo de cidade ideal, prefigurada e estruturada por uma malha urbana ortogonal, originada a partir da *plaza mayor*.

As *Ordenanzas* constituem um prolongamento do pensamento urbanístico renascentista que por sua vez retoma as propostas de Vitruvius (90 aC – 20 dC) principalmente no que tange à eleição dos sítios com melhores condições de acessibilidade, habitabilidade, disponibilidade de água potável e orientação; suas disposições operacionais e formais sintetizam um conhecimento teórico e uma prática já implantada, pois até sua divulgação, já muitas fundações tinham ocorrido, legitimando então a experiência e estabelecendo a posteriori as pautas para as futuras fundações (CEHOPU, 1989).

A VIDA URBANA NO BRASIL DOS SÉCULOS XVI E XVII

Até a metade do século XVII o Brasil caracterizava-se pela monocultura dos latifúndios escravocratas e uma vida urbana rudimentar e intermitente. As unidades rurais, além de centros agrícolas, eram também sedes industriais, com relativa autossuficiência. Os núcleos urbanos eram abastecidos pelos excedentes da produção rural. O caráter mercantil da agricultura de exportação – principalmente o cultivo e processamento da cana de açúcar – facilitava a participação dos latifundiários no comércio de escravos, fossem índios ou africanos. A partir de 1650 os núcleos urbanos adquiriram uma vida contínua e estável em consequência das mudanças econômicas e políticas no contexto internacional. A concorrência das colônias do Caribe propiciou a queda do preço do açúcar brasileiro. De outro lado, a maior centralização político-administrativa incidiu em um maior interesse pelos núcleos urbanos. (Reis, 1968)

Os aglomerados com status de cidade eram sede da administração regional - civil (governança) - e religiosa (bispado); serviam a economia de exportação, mas também concentravam atividades urbanas. Até 1580 —início da União Ibérica— havia unicamente duas cidades no Brasil: Salvador, a capital e Rio de Janeiro. Os núcleos menores e subsidiários eram as vilas (sedes municipais) e freguesias (sedes paroquiais). Vilas e freguesias eram instâncias distintas mais era frequente a correspondência com um mesmo assentamento urbano. Embora elementares, eram o espaço de articulação do meio rural com a metrópole, aonde além dos ofícios religiosos nos fins de semana, realizavam-se feiras comerciais, touradas, torneios de cavaleiros, representações de autos nas praças e nas ruas e aconteciam as procissões, conforme o calendário litúrgico. Os grandes proprietários de terras, embora morassem a maior parte do tempo nas fazendas eram reconhecidos como cidadãos já que mantinham residências urbanas permanentes e beneficiavam-se do poder político e administrativo da vila.

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA E INTEGRAÇÃO TÉCNICA

A relativa autonomia de Portugal durante o período permitiu a continuação das normas que regulamentavam o espaço urbano, porém houve uma integração técnica do corpo de engenheiros militares e arquitetos que foi proveitosa em ambos os sentidos. Esta perdurou até a Restauração (1640) quando por óbvias razões Portugal recuperou sua autossuficiência.

Antes de comentar a integração técnica é necessário revisar a relação da Espanha com a cultura da península itálica. Com a ascensão de Carlos V, em 1516, consolidou-se a unificação hispânica e como ele também controlava o Reino de Nápoles e o Ducado de Milão, se facilitou a articulação. Em tempos de paz, foi comum a cooperação técnica com Portugal. Para o projeto da cidadela de Mazagão no Magreb, D. João III solicitou apoio a Carlos V (que era seu primo por linha materna, pois ambos eram netos dos reis católicos). Em 1514, o monarca espanhol comissionou a Benedito de Ravena para dirigir a equipe do projeto da qual participavam os engenheiros portugueses Miguel de Arruda e Dio-

go Torralaba. Foi durante a administração de Felipe II —1556/1598— quando houve o maior empenho por essa integração técnica e foram implantadas ações nesse sentido:

1. Contratação de italianos

Renomeados profissionais ao serviço da administração ibérica levaram à península os princípios da arquitetura maneirista e aos domínios ultramarinos as técnicas modernas de fortificação. Entre estes se destacam:

- *Tiburcio Spanochi, de Siena*: foi engenheiro mor da Espanha, autor das defesas da Sicília (1578), do Castelo de São Felipe (atualmente Castelo de São João Baptista) de Angra do Heroísmo (1594) e atribuiu-se a ele o projeto de gabinete do Forte do Mar, em Salvador de Bahia (Oliveira, 2004);
- *Leonardo Turriano, de Milão*: nomeado engenheiro mor em 1598 e responsável pelos levantamentos em Canárias (1590) e de algumas fortificações dos Açores;
- *Filippo Terzi, de Bolonha*: desde 1576 trabalhava em Portugal como engenheiro de fortificações; foi o autor do forte de São Sebastião em Viana do Castelo e, a partir do reinado de Felipe II, teve papel semelhante ao de Juan de Herrera; concluiu o Claustro dos Felipes e projetou várias igrejas como a de São Vicente de Fora em Lisboa e o Torreão do Palácio Real de Lisboa;
- *Baccio da Filicaria, florentino*: nomeado como o primeiro Engenheiro Mor do Brasil, até ter sido requisitado, em 1603, a Ferdinando I de Médici, Duque da Toscana (Fontana, 2005), quando lhe sucedeu no cargo o português Francisco Frias de Mesquita.
- *Bautista Antonelli*, junto com Spanochi projetou o plano estratégico de defesa do Caribe; desenhou boa parte das fortificações de Porto Rico, Havana, Veracruz, Porto Belo e Cartagena de Índias, obras que foram continuadas por seu filho Juan Bautista e seu sobrinho Cristóbal de Roda (Gutierrez, 2010).

Na estruturação de Rio de Janeiro, como sugerem vários autores (Buschiazzo, 1944; Santos, 2001) é provável que Antonelli tenha participado pois ele esteve nessa cidade em duas oportunidades, em 1581 e 1604 para a execução de levantamentos topográficos lamentavelmente perdidos. A partir do arranjo linear existente, paralelo à orla e entre os morros, formou-se uma

malha reticular, tensionada pelos fortes e conventos e deformada em função do lugar. As ruas que conformam o lado maior dos quarteirões são perpendiculares à orla, o que denota preocupação com a drenagem urbana, própria de um engenheiro (Durán, 2009).

2. Organização dos quadros profissionais

As obras de El Escorial, iniciadas em 1563 e concluídas 24 anos mais tarde foram uma grande oportunidade de aprimoramento técnico que exigiu a sistematização de procedimentos e a organização e hierarquização dos quadros de profissionais. Entre outros, destaca-se a unificação de unidades de medida ordenada por uma lei de 24 de junho de 1568 “*para que las varas de medir sean iguales en todo el reino*”, que estabeleceu a vara castelhana como a unidade de medida oficial (Baztán, 1993). O diretor do projeto do colossal mosteiro-palácio era Juan Bautista de Toledo, arquiteto com prática em Roma junto a Antonio de Sangallo; quando morreu em 1567 foi sucedido por seu discípulo Juan de Herrera (Suazo, 1963).

Vigorando já a União Ibérica, funda-se em Madri a Academia Espanhola de Matemáticas e Engenharia Militar (1583) da qual Herrera foi seu primeiro Diretor e logo em 1594, em Lisboa, a Aula do Risco, na qual provavelmente Herrera também participou dada sua presença nesta cidade por ocasião das reformas no porto e da ampliação do leste do Palácio Real, pelo entusiasmo do monarca em dar à cidade lusitana uma imagem acorde com seu status de capital (Rossa 2002). Em ambos os centros formaram-se os técnicos que atuaram em ultramar, além do ser a Aula de Lisboa o modelo das escolas posteriormente fundadas no Brasil: Salvador (1696), São Luiz (1699), Recife (1701) e Belém (1758).

3. Las Ordenanzas de Nuevas Poblaciones

A publicação da normativa ocorreu em El Escorial, ainda em obras, quatro anos antes do início da União Ibérica. A bagagem técnica e o caráter sistêmico que contém não seriam desprezíveis para os integrantes de um corpo técnico a serviço de uma mesma administração. Sugere-se que pelo menos parcialmente, poderia ter ocorrido algum tipo de interferência na configuração inicial dos aglomerados no Brasil formados no pe-

ríodo, simplesmente pela presença recorrente de uma malha sensivelmente ortogonal originada a partir de uma praça de formato retangular e dimensões semelhantes. As principais disposições formais são as seguintes, conforme a Figura 1:

- Seleção do sitio de forma diferenciada para assentamentos portuários e mediterrâneos;
- Organização do território circundante e relação urbano-rural a partir da delimitação de áreas públicas não edificáveis, administradas pelo município (egidos e dehesas);
- Traçado ortogonal com origem na praça maior;
- Praça maior poli-funcional, de formato retangular em proporção áurea ou vitruviana, posicionada contígua ao cais do porto nas povoações litorâneas e no centro nas mediterrâneas;
- Dimensionamento da praça proporcional ao número de habitantes projetado, prevendo-se o futuro crescimento, sendo estabelecidas medidas em pés, mínimas, máximas e ótimas respectivamente: 200 x 300 (56m x 83m), 530 x 800 (148m x 223m) e 400 x 600 (111m x 167m);
- Disposição de praças secundárias ou plazuelas para a estruturação dos bairros e como interfase com os equipamentos religiosos;
- Ruas retas orientadas de forma conveniente para contornar os ventos;
- Construção de portais cobertos no contorno da praça e nas ruas principais para criar passeios sombreados favorecendo as atividades comerciais;
- Dimensionamento das ruas determinado pelas condicionantes defensivas e climáticas, largas em lugares frios, estreitas em lugares quentes;
- Posicionamento destacado das igrejas algo levantado e com adro;
- Divisão dos quarteirões em solares (quarteirão partido ao meio em ambos os sentidos, gerando quatro lotes iniciais) e algumas recomendações sobre a construção na procura das melhores condições de habitabilidade.

E interessante comentar que sobre os sistemas de defesa propõe-se a construção provisória de fechamentos para proteger-se dos nativos, sem maiores esclarecimentos. Isto pode ser explicado pelo fato das fortificações requererem do conhecimento especializado dos engenheiros militares e do estudo particular para cada caso.

Por razões estratégicas, estes projetos não seriam divulgáveis e por tanto não fazem parte do texto.

LEGADO DA UNIÃO IBÉRICA NO BRASIL

A quantificação de assentamentos fundados bem como dos já existentes que obtiveram relevância administrativa mediante a instalação da vila evidencia a relevância da União Ibérica no Brasil colonial. Do período ficaram cinco novas cidades, a reestruturação urbana de Rio de Janeiro e as 14 vilas objeto deste estudo, além de vários aglomerados menores dependentes dessas unidades administrativas.¹

A Figura 2 apresenta a situação das cidades e vilas formadas durante o período, no território que conforma o atual Brasil; evidencia uma estratégia de ordenamento territorial que obedece à necessidade de controlar as três regiões vulneráveis —Norte, Nordeste e Sudeste— mediante o posicionamento relativamente próximo dos aglomerados e a implantação nas imediações da foz dos rios, conformando uma barreira de acesso ao interior.

1. Cidades

Pela situação estratégica as cinco cidades obtiveram esse status desde seus primórdios, ainda sem ter a estrutura para tal. Todas se formaram junto a estruturas defensivas e contaram com a intervenção de militares qualificados na construção desses equipamentos e na configuração do arranjo inicial.

Filipeia de Nossa Senhora das Neves, foi o nome dado em honra ao monarca à cidade que hoje é João Pessoa, fundada em 1583 logo da expulsão dos franceses. O núcleo inicial se localiza no topo de uma colina sobre o rio Paraíba a três léguas da barra. Apresenta uma malha de quarteirões retangulares, que se desenvolve junto ao um forte construído pelo alemão Cristóvão Lins, de acordo com a seleção do local feita por Manuel Fernandes, *mestre de obras de El Rey*. (de Azevedo, 1998)

A origem de Natal é de 1535 quando houve uma incursão no lugar para assentar a cidade, porém não teve sucesso pela resistência dos indígenas e de alguns franceses comerciantes de pau-brasil aí instalados. Em 1597 a esquadra do Almirante Antônio da Costa Valente entrou pela foz do Rio Potengi e ergueu uma fortifica-

1. Assentamentos relevantes por seu patrimônio arquitetônico como Alcântara – MA e Parati – RJ se formaram durante a União Ibérica, dependentes de São Luiz e de Angra dos Reis, porém só foram vilas depois do período.

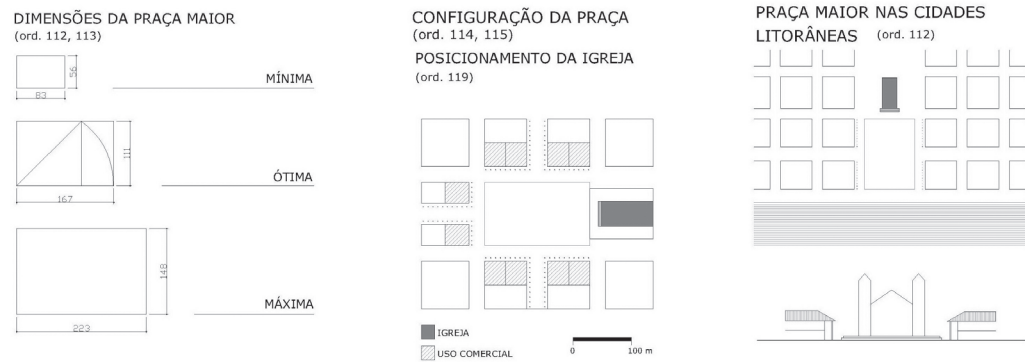


FIGURA 1 | Interpretação das Ordenações de Novas Povoações de 1573. Fonte: elaboração própria.

- **CIDADES:**
 1. Belém do Pará
 2. Cabo Frio - RJ
 3. Filipea de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa) PB
 4. Natal - RN
 5. São Luiz do Maranhão - MA
- **VILAS**
 6. Penedo do Rio São Francisco - AL
 7. Porto Calvo - AL
 8. Santa Maria Madalena (Marechal Deodoro) AL
 9. Cairú - BA
 10. Gurupá - PA
 11. Vila Viçosa de Santa Cruz (Cametá) PA
 12. Vila Formosa de Sirinhaém - PE
 13. Angra dos Reis - RJ
 14. São Cristóvão do Sergipe - SE
 15. Santa Cruz de Ubatuba - SP
 16. Santana de Mogi das Cruzes - SP
 17. Santana de Parnaíba - SP
 18. São João Batista da Cananeia - SP
 19. São Sebastião - SP



FIGURA 2 | Situação das cidades e vilas estabelecidas no Brasil durante a União Ibérica. Fonte: elaboração própria.

ção abaluartada consagrada aos Reis Magos. O povoado foi fundado dois anos mais tarde nas suas proximidades, provavelmente a partir da demarcação feita por Jerônimo de Albuquerque, um dos integrantes da expedição. Tomada pelos holandeses em 1633 a cidade permaneceu sob seu controle até 1654 (IBGE, 2013).

São Luiz de Maranhão se originou em 1612 ao redor de um forte que os franceses levantaram em uma ilha na Bahia de São Marcos. Foi reconquistada e refundada um ano depois já com status de cidade, a partir do projeto de Francisco Frias de Mesquita, quem, como já foi comentado, era no momento o Engenheiro Mor do Brasil. Ele projetou uma malha sensivelmente quadricular, a pesar da topografia acidentada. A administração estimulou o povoamento e em 1619 chegaram perto de 300 famílias de açorianos. Um fato técnico relevante para a época é que o engenheiro estabeleceu a uniformidade urbana através da elaboração de uma casa tipo e de um regulamento que exigia que as moradias fossem construídas de acordo com esta. (Durán, 2009)

Belém se situou estrategicamente no estuário do Amazonas, possibilitando o controle ibérico da bacia fluvial, em paralelo à recuperação de São Luiz, quando o Capitão Mor Castelo Branco ergueu um forte com o nome de Presépio de Belém em 1616. (Azevedo, 1998)

A região de Cabo Frio foi percorrida por Américo Vespúcio em 1503. Ele estabeleceu uma feitoria para a exploração de pau-brasil, que não progrediu por ser alvo dos nativos aliados a contrabandistas franceses. Em 1614 houve uma tentativa de toma por piratas ingleses, frustrada porque o Embaixador da Espanha em Londres conseguiu avisar ao Governador Geral do Brasil, Gaspar de Souza. Imediatamente Felipe II ordenou prever as defesas e fundar um aglomerado para 200 famílias. As tropas comandadas por Constantino Melenau, governador do Rio de Janeiro, recuperaram o lugar e fundaram em 1616 a cidade de Santa Helena, como sede da Capitania de Cabo Frio. Um ano depois passou a denominar-se Nossa Senhora da Assunção de Cabo Frio e iniciou-se a obra do Forte de São Mateus, protegendo o canal que permite o acesso aos lagos. (IBGE, 1958)

2. Vilas

O estabelecimento das vilas ocorreu na seguinte sequência cronológica: São Cristóvão, 1590; São João Batista de Cananéia, 1601; Cairú, 1608; Vila Formosa de Sirinhaém, 1614; Vila Viçosa de Santa Cruz, hoje Cametá, 1635; Gurupá, 1639; Porto Calvo, 1636; Penedo do Rio São Francisco, 1636; Santa Maria Madalena, atual Marechal Deodoro, 1636; Angra dos Santos Reis, 1608; Santana de Mogi das Três Cruzes, 1611; Santana de Parnaíba, 1625; São Sebastião, 1636 e Santa Cruz de Ubatuba, 1637.

Norte

A incorporação da bacia do Amazonas ao Brasil se deveu as entradas paralelas de três grupos interdependentes, porém não sempre concordes: militares, colonos e desbravadores privados e missionários (jesuítas, franciscanos, mercedários e carmelitas) convocados para evitar a possível influência dos protestantes. Com a fundação de Belém a administração ibérica controlou o acesso na região, mais só até 1701 com o Tratado de Lisboa, foram parcialmente definidas as fronteiras com os ingleses, franceses e holandeses estabelecidos nas Guianas. (Bueno, 2012, p.26)

As duas vilas estabelecidas no Pará se situam nas imediações da Ilha de Marajó, para reforçar o controle do acesso pelo Amazonas e dentro do conjunto analisado são as que apresentam maior grau de regularidade geométrica. Gurupá está sobre o Rio Xingu, foi fundada após expulsar os holandeses do local em 1639 e nesse mesmo ano teve o status municipal. Tinha ao norte uma fortificação porém seu posicionamento não condicionou o traçado da malha urbana. Vila Viçosa de Santa Cruz (atual Cametá) se originou a partir de 1617 como centro de catequese; nesse ano Frei Cristóvão de São José subiu o Rio Tocantins, ao mando de Jerônimo de Albuquerque (já citado na fundação de Natal). Em 1635 arribou ao local Feliciano Coelho de Carvalho e estabeleceu a vila. Ambos os assentamentos paraenses se desenvolvem ao longo do rio a partir de uma malha ortogonal com a praça aberta para o litoral e precedida pela igreja.

Nordeste

O povoamento de Cairú, localizada em uma ilha do Rio Tinharé ao sul do Recôncavo Bahiano, teve início por volta de 1550 e dada sua estratégica implantação obteve o título de vila em 1608. Os assentamentos situados nos atuais Estados de Pernambuco e Alagoas —Sirinhaém, Penedo, Porto Calvo, e Santa Maria Madalena— tiveram origem entre 1611 e 1617. Sirinhaém teve o título de vila em 1627 e os três assentamentos alagoanos em 1636, em consequência da invasão holandesa, quando se tornaram bases da resistência ibérica. Nestes cinco assentamentos a origem prévia ao status de vila pode explicar o maior grau de condicionamento do traçado às especificações topográficas, de acordo com os princípios reguladores do urbanismo lusitano. A implantação em sítios elevados com facilidades defensivas é decorrente do contexto político em que surgiram. Também se constata a ausência de uma praça de formato retangular; em seu lugar, uma rua principal atua como espaço estruturante conforme a tradição portuguesa da *aldeia-rua*. Em Santa Maria Madalena é evidente este princípio: estruturada por um espaço alongado, largo demais para ser uma rua e estreito demais para ser uma praça. (Durán 2009: 318).

São Cristóvão é um caso particular dentro das vilas nordestinas. Foi fundada em 1590 pelo governador interino da Capitania de Sergipe, Cristóvão de Barros, após domínio dos indígenas; nesse mesmo ano obteve o status de vila. Depois de ter sido incendiado pelos holandeses em 1607 o primeiro assentamento foi mudado de lugar e foi reconstruído em 1637 (IBGE, 2013). Sua situação garantia as comunicações terrestres entre a Bahia e Pernambuco (Reis, 2000). Observa-se que a praça de formato retangular constitui a origem da malha ortogonal; as ruas sensivelmente perpendiculares aos lados maiores da praça bem como o posicionamento da igreja em um dos lados menores associam o projeto urbano com as prescrições das Ordenações. Em 2010 a Praça foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial, pela excepcionalidade e homogeneidade do conjunto monumental “e por representar o período em que as Coroas portuguesa e espanhola estavam unificadas” (UNESCO, World Heritage List).

A formação do povoado de Angra dos Reis, na baía desse nome, iniciou-se antes do período estudado, por volta de 1556; pronto adquiriu importância comercial, foi sede de freguesia em 1593 e com status de vila em 1608, porém o município só se instalou até 1624. Estruturou-se conforme a tradição portuguesa, paralela à orla, formando uma malha irregular e com um largo perpendicular sobre o qual se posiciona a igreja.

As vilas paulista se originaram por diferentes motivações o que pode explicar a variedade de configurações. Santana de Parnaíba se situa em uma colina sobre o rio Tietê; surgiu em uma fazenda na qual se construiu uma capela por volta de 1580; teve status de vila em 1625 (IBGE, 2013) e caracteriza-se pela irregularidade decorrente do traçado das ruas em função da topografia. O início de Santa Ana de Mogi das Cruzes se deveu a ação dos bandeirantes paulistas; em 1611, a pedido de Gaspar de Vaz, uma vez que houve suficiente número de moradores, foi estabelecida a vila (IBGE, 2013). A regularidade da malha sugere um planejamento.

As três vilas portuárias se estruturam a partir de uma retícula deformada em função do sítio litorâneo e tem a igreja posicionada de frente para o mar. São João Batista de Cananeia surgiu em terras doadas pelo Capitão Diogo de Medina ao Padre Agostinho de Matos, quando os jesuítas iniciaram missões na região; em meados do século XVI foi construída uma capela dedicada a São João Batista - porém não há documentação sobre a data - e em torno desta se desenvolveu o povoado, que teve status de vila em 1601. A origem espontânea explica a irregularidade da malha. A ilha de São Sebastião foi percorrida por Vespúcio em 1502; não se tem conhecimento da data do início do povoamento mais se sabe que famílias provenientes de Santos formaram dois assentamentos, a Vila Bela da Princesa na ilha e São Sebastião no continente, o qual teve status de vila em 1636. Posteriormente teve relevância econômica pela instalação de uma armação para caça de baleias. A região de Ubatuba era habitada pelos Tamois; foi visitada pelo mercenário alemão Hans Staden e pelos jesuítas Nóbrega e Anchieta que em 1563 mediaram pela pacificação do lugar; por volta de 1600 o Capitão de origem açoriana Jordão Homem da Costa junto com sua família e agregados estabeleceu-se no lugar e construiu uma capela dedicada a Santa Cruz. O aglomerado teve o status de vila em 1637 (IBGE, 2013).



FIGURA 3 | Plantas dos núcleos iniciais das Vilas do Brasil estabelecidas durante a União Ibérica.
Fonte: elaboração própria a partir de cartografia disponível no Google Earth e plantas antigas

3. A referência às Ordenanzas

A leitura comparativa das plantas sistematizadas dos 14 núcleos fundacionais apresentadas na Figura 3 permite constatar que:

A praça como origem da malha faz referência ao planejamento e a centralização e vem a simbolizar o poder político, administrativo e religioso sediado na vila; em oito das 14 vilas estudadas (São Cristóvão, Gurupá, Cameté, Ubatuba, Mogi das Cruzes, Santana de Paranaíba, Cananéia e São Sebastião) a

praça é de formato sensivelmente retangular e tem um dimensionamento constante, próximo à medida para praças de assentamentos menores – 200 pés x 300 pés ou 56 m x 83 m) proposta nas Ordenanzas (ord. 114 e ord.115).

TABELA 1 | Cidades e vilas estabelecidas no Brasil durante a União Ibérica.

Atual Estado	Nome do Assentamento	Coordenadas geográficas	Início do povoamento	Título de Vila (V) ou cidade (C)	No. Habitantes do município - 2010
AL	Penedo do Rio São Francisco	10° 17' S, - 36° 34' 57" O	1613	1658 (V)	60.378
AL	Porto Calvo	9° 2' 48" S, - 35° 24' 4" O	1617	1636 (V)	25.708
AL	Santa Maria Madalena (atual Mal. Deodoro)	12° 58' 12" S, - 41° 59' 57" O	1611	1636 (V)	45.977
BA	Cairú	13° 28' 55" S, - 39° 02' 31" O	1550 (?)	1608 (V)	17.457
MA	São Luiz do Maranhão	2° 31' 51" S, - 44° 18' 24" O	1612	1612 (C)	1.014.837
PA	Belém do Para	1° 27' 18" S, - 48° 30' 9" O	(?)	1953 (C)	1.393.399
PA	Gurupá	1° 24' 19" S, - 51° 38' 25" O	1639	1639 (V)	29.062
PA	Vila Viçosa de Santa Cruz (atual Cametá)	2° 15' 15" S, - 49° 30' 44" O	1635 (?)	1635 (V)	120.896
PB	Filipea de Nossa Senhora das Neves (atual João Pessoa)	7° 6' 55" S, - 34° 51' 40" O	1585	1585 (C)	723.515
PE	Vila Formosa de Sirinhaém	8° 35' 35" S, - 35° 07' 48" O	1614	1627 (V)	40.296
RJ	Angra dos Santos Reis	22° 43' 26" S, - 44° 7' 40" O	1593	1608 (V)	169.511
RJ	Cabo Frio	22° 52' 43" S, - 42° 1' 12" O	1678	? (C)	186.227
RN	Natal	5° 47' 40" S, - 35° 12' 40" O	1597	1599 (C)	803.739
SE	São Cristóvão de Sergipe	11° 0' 49" S, - 37° 13' 21" O	1590	1590 (V)	78.864
SP	Santa Cruz de Ubatuba	23° 26' 2" S, - 45° 5' 9" O	1600	1637 (V)	78.801
SP	Santana de Mogi das Cruzes	23° 31' 29" S, - 46° 11' 14" O	1611	1611 (V)	387.779
SP	Santana de Parnaíba	23° 26' 39" S, - 46° 55' 8" O	1580	1625 (V)	108.813
SP	São João Batista de Cananeia	25° 1' 28" S, - 47° 55' 56" O	1587	1601 (V)	12.226
SP	São Sebastião	23° 45' 40" S, - 45° 24' 44" O	(?)	1636 (V)	73.942

Fonte dos dados: IBGE, 2013.

Em todos os casos há esmero pela monumentalização da igreja com a implantação singular e *algo levantado* seja sobre a praça, seja sobre/em a rua principal, destacando a relevância da administração religiosa na vida urbana; o posicionamento isento e de frente para o litoral (ord. 119) caracterizando o perfil urbano, se verifica em sete casos (Penedo, Gurupá, Cametá, Angra dos Reis, Ubatuba, Cananeia e São Sebastião).

A configuração de São Cristóvão atesta a referência ao modelo das Ordenanzas; paradoxalmente com antecedência e precisão que a grande maioria dos assentamentos hispano-americanos, geralmente estruturados por malhas em quadrícula e ao redor de uma praça quadrada. Caso excepcional é a cidade de Panamá Nova, começada em 1681, por se de ser um dos poucos exemplos hispano-americanos que segue fielmente o modelo das Ordenanzas. Ao igual que São Cristóvão, resultou de uma transferência, porém 74 anos depois que a reconstrução da vila brasileira.

Não há evidências sobre referências em nível arquitetônico pois não se tem informações sobre a presença de portais ou da divisão inicial dos quarteirões em *solares*, o que poderia ser considerado como respeito da cultura lusitana simultaneamente com a implementação do modelo filipino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica dos trabalhos sobre história do urbanismo colonial evidencia a necessidade de aprofundamento no período delimitado. Estudos tipo-morfológicos comparativos e pesquisas sobre transferência de saberes e cooperação técnica em ambos os sentidos são tarefas prioritárias para o conhecimento do legado que a prática urbanística do período filipino representou na estruturação da rede urbana e na configuração do espaço intra-urbano do Brasil colonial. É inquestionável a importância da União ibérica na História do Urbanismo e no Brasil, o balanço é positivo: cinco cidades, das quais quatro são hoje capitais estaduais, o reordenamento de Rio de Janeiro e a formação de 14 vilas cuja população atual, em 12 casos é superior aos 25.000 habitantes, além dos vários aglomerados que se formaram porém sem obter o status municipal durante o período delimitado (Ver Tabela 1). Além de evidenciar uma prática urbana específica e a referência à normativa urbanística hispano-americana no Brasil colonial —sem estabelecer afirmações conclusivas—, procura-se contribuir de forma integrada ao conhecimento da cultura urbana e arquitetônica ibero-americana. ■



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALCIDES, Melissa Mota; ROMÃO, Simone Lopes:** “O desenho das primeiras vilas do território alagoano” Em: ANPUH XXII Simpósio Nacional de História, 2003. Comunicação. João Pessoa PB. <http://anpuh.org/anais/s22.511.pdf>
- AZEVEDO, Paulo Ormino de:** “Urbanismo de traçado regular nos dois primeiros séculos da colonização brasileira: Origens.” Em: CARITA, Helder; ARAUJO, Renata. *Universo urbanístico português, 1415-1822*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1998. p.39-70.
- BAZTAN LACASA, Carlos:** “Unidades de medida en la cartografía histórica” En: 30 Simposio Internacional de Preservación Histórica de Puerto Rico y el Caribe, San Juan de Puerto Rico, 1994. (s.n.e.)
- BUENO, Ricardo:** *Borracha na Amazônia: as cicatrizes de um ciclo fugaz e o início da industrialização*. Porto Alegre: Quatro Projetos, 2012. 128p.
- BUSCHIAZZO, Mario J:** *Estudios de Arquitectura colonial hispano-americana*. Buenos Aires: Guillermo Kraft, 1944. 153p.
- CEHOPU:** La ciudad hispanoamericana: el sueño de un orden. Madrid: Centro de Publicaciones del Ministerio de Obras Públicas, Transportes y Medio Ambiente, 1989. 302p.
- DURÁN ROCCA, Luisa:** Açorianos no Rio Grande do Sul. Antecedentes e formação do espaço urbano do século XVIII. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Tese para obter o título de Doutor em Planejamento Urbano e Regional. Porto Alegre, 2009. 657p. <http://hdl.handle.net/10183/17918>
- : A cidade colonial ibero-americana: A malha urbana. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação para obter o título de Mestre em Teoria, História e Crítica de Arquitetura. Porto Alegre, 2003. 293p. <http://hdl.handle.net/10183/3132>
- ESPAÑA. Ministerio de Vivienda:** *Ordenanzas de Población: Felipe II, 1573*. Madrid: FACS, 1983.
- FONTANA, Ricardo:** *As obras dos engenheiros militares Galluzzi e Sambuceti e do arquiteto Landi no Brasil Colonial do século XVIII*. Brasília: Ed. do Senado Federal, 2005. 102 p.
- GUTIÉRREZ, Ramón:** *Arquitectura y Urbanismo en Iberoamérica*. 6ª ed. Madrid: Cátedra, 2010. 802 p. ISBN: 84-3761-9939.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de:** *Raízes do Brasil*. 26 ed. 14 reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 220p.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística:** 2013. Cidades. <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/> (acessos vários).
- : Serviço Geográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro*. Nº 11. Rio de Janeiro: Diretório Regional do Estado do Rio de Janeiro, 1958. 324p.
- MARX, Murilo:** *Cidade no Brasil: em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999. 143p.
- PORTUGAL:** *Ordenações Manuelinas* [1521] <http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l1ind.htm>. (06 jul. 2008).
- OLIVEIRA, Mario Mendonça de:** *As fortificações portuguesas de Salvador quando cabeça do Brasil*. Salvador: Omar G. 2004. 264p.
- VAS MINGO, Marta Milagros del:** “Las Ordenanzas de 1573, sus antecedentes y consecuencias”. *Quinto Centenario 8*. Madrid: Universidad Complutense, 1985. <http://revistas.ucm.es/index.php/QUCE/article/1832-1919-1PB.pdf>
- ZUAZO UGALDE, Secundino de:** Juan Bautista de Toledo y Juan de Herrera. Cuatricentenario de la colocación de la primera piedra de El Escorial. Conferencia. Madrid, 1963. <http://interclassica.um.es/var/plain/storage/original/application/244fdd372d1e4a0754644a0f22e1dfdf.pdf>
- REIS FILHO, Nestor Goulart:** *Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 2000. 410p.
- : *Evolução urbana do Brasil*. São Paulo: Pioneira, 1968. 235p.
- ROSSA, Walter:** *A urbe e o traço: uma década de estudos sobre o urbanismo português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2002. 460 p.
- SANTOS, Paulo:** Formação de cidades no Brasil Colonial. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001. 179 p.
- TELES, Augusto da Silva:** “Ocupação do litoral, entradas para o interior do continente e definição de fronteiras”. Em: BICCA, Briane; BICCA, Paulo. *Arquitetura na formação do Brasil*. 2ª ed. Brasília: UNESCO, IPHAN, 2008. p.14-77.
- UNESCO:** World Heritage List/ Brasil. <http://whc.unesco.org/en/list/1272>